

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO
(Do Sr. Chico Alencar)

Solicita à Ministra-Chefe da Advocacia Geral da União, Grace Maria Fernandes Mendonça, informações acerca das ocupações irregulares no Jardim Botânico/RJ.

Solicito a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, que, após consulta à Mesa, sejam solicitadas à Ministra-Chefe da Advocacia Geral da União, Grace Maria Fernandes Mendonça, as seguintes informações:

Chegou ao meu conhecimento que foi convocada, recentemente, reunião para o dia 1º de Dezembro, na sede da AGU, para tratar das “ocupações irregulares no Jardim Botânico/RJ”. Para tal reunião, teriam sido convidados representantes da própria Advocacia-Geral da União, da Casa Civil, do Ministério de Minas e Energia e do Jardim Botânico, mas ninguém da comunidade que será afetada por qualquer decisão que seja tomada.

Diante de tal informação, indago:

- 1) Por que razão não foram chamados representantes da comunidade do Horto, que será diretamente afetada por qualquer decisão que seja tomada a respeito dessas ocupações?
- 2) Como a Advocacia-Geral da União planeja solucionar o atual conflito? Com ou sem a participação dos diretamente afetados?

3) Quais são os passos republicanos possíveis para estabelecermos um diálogo entre todos os interessados na solução da comunidade do Horto e a AGU?

JUSTIFICAÇÃO

A comunidade do Horto, que se encontra nas imediações do Jardim Botânico, no Rio de Janeiro, possui vínculos históricos com a região em que atualmente vivem. Como se sabe, a moradia e o estabelecimento do lar são partes indispensáveis para a realização da dignidade da pessoa humana, conforme expõem nossa Constituição e todos os tratados de direitos sociais dos quais o Brasil é signatário.

Seria de bom tom elaborar soluções que envolvam a participação da Comunidade, portanto. É pedra angular de um regime democrático a possibilidade efetiva daqueles que são afetados pelos problemas sociais participarem diretamente de sua solução. É a necessária relação entre autonomia privada e autonomia pública.

O presente Requerimento também vem se somar aos esforços da sociedade para que o poder instituído preste informações e seja transparente em suas escolhas. Os processos traumáticos pelos quais passamos exigem mudança drástica de conduta. É necessário à legitimidade de qualquer governo numa democracia a exposição de seus valores e suas reais preocupações ao tomar decisões. Com o fito de expandir essas oportunidades e fortalecer o papel da Casa Legislativa na fiscalização democrática, pedimos tais esclarecimentos.

Nestes termos, requeiro o encaminhamento.

Brasília, 29 de novembro de 2017.

Deputado **CHICO ALENCAR**
PSOL/RJ